CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO N°, de 2005

(do Sr. Romel Anízio)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir sobre a nova Lei de Hidrocarbonetos boliviana e suas implicações quanto aos investimentos externos brasileiros no setor de petróleo e gás natural naquele país.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos regimentais e ouvido o Plenário desta Comissão que sejam convidados o Diretor da Área Internacional da Petrobrás, Dr. Nestor Cerveró e a Secretária de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério das Minas e Energia, Dra. Maria das Graças Foster, para discutir em audiência pública a aprovação, pela Câmara dos Deputados da Bolívia, da nova Lei de Hidrocarbonetos que regula a cobrança de royalties sobre as empresas estrangeiras exploradoras de petróleo e gás natural.

JUSTIFICATIVA

O projeto prevê a criação de um imposto de 32% sobre o gás natural, além dos 18% de royalties já cobrados atualmente. É importante ressaltar que a Petrobrás, maior empresa instalada na Bolívia e que representa quase 20% do PIB (total de riquezas produzidos no país), mantém refinarias, oleodutos e gasodutos (incluindo a parte brasileira do GASBOL) naquele país andino.

A empresa detém ainda uma reserva de 158 bilhões de metros cúbicos de gás natural. Por conseguinte, vejo na realização desta audiência Pública a oportunidade para esta conceituada Comissão buscar, de forma clara e transparente, o esclarecimento dos fatos ora expostos nos meios de comunicação.

Sala das Comissões, 05 de abril de 2005.

ROMEL ANÍZIO Deputado Federal PP/MG